

Técnicos desaprovam o novo Pelô

Especialistas reunidos no Congresso Internacional de Arquitetura apontam falhas grosseiras na recuperação do Centro Histórico

ZEZÉ BARBOSA
Editoria do 2º Caderno

A secretária-geral no Brasil, do grupo de Trabalho do Patrimônio da Arquitetura, Yara Landre, disse ontem que pretende elaborar um completo dossiê informativo sobre as obras de restauração do Pelourinho para levar à próxima reunião do grupo, marcada para acontecer em novembro em Quito, Equador. As obras de reforma do Pelourinho, considerado o maior conjunto arquitetônico colonial da América Latina, vêm sofrendo uma série de críticas por parte de especialistas em restauração de monumentos que participam do I Congresso Internacional de Arquitetura, Rochas Ornamentais e Tecnologia. Um desses especialistas, e geólogo português José Delgado Rodrigues, chegou a considerar o novo Pelourinho uma cópia grosseira daquilo que foi um dia o pilar da cultura no estado. Os especialistas consideram também as obras de gosto estético duvidoso.

Para Yara Landre, entretanto, as questões não devem se prender ao ponto de vista estético. As discussões, na sua opinião, não devem passar apenas pela questão da qualidade do material utilizado para a reforma, vão mais além até chegar à problemática social. "Restaurar um monumento como o Pelourinho não é apenas um problema técnico de pintar as paredes de cor-de-rosa muito bonito parecendo que foi feito há dois séculos", ironizou ressaltando que é também se preocupar com

Pelourinho, demonstraram dúvidas e levantaram perguntas que serão respondidas e esclarecidas no dossiê do grupo, principalmente no que se refere ao destino das pessoas que viviam na área e aos critérios técnicos que foram utilizados para se manter ou eliminar determinado elemento. Essas dúvidas ficaram sem esclarecimento para os técnicos visitantes, segundo revelou Yara. A questão do Pelourinho, no entender de muitos especialistas do grupo, passa bem de perto da falta de critério. Segundo o português José Delgado, isso não acontece na Europa, onde restaurações como a do Pelourinho costumam fazer parte de programas conscientes de políticos ou empresas e são baseados em estudos profundos sobre o local.

Restaurar para quê, para quem e como são os princípios básicos defendidos pelo grupo de Trabalho, o secretário-geral da UIA, Varsseles Sjøvta, esteve também participando do evento e disse que a tendência do Leste Europeu de restaurar cidades monumentos para instalar museus ou transformar em mercados não é o caminho. Para ele, o importante nesses casos é a melhoria da qualidade de vida da população que vive no local, o que com certeza não aconteceu com o Pelourinho. O grupo de Trabalho do Patrimônio da Arquitetura, constituído em 1987 pela União Internacional dos Arquitetos, busca refletir questões como a ética desse tipo de restauração que na opinião de Yara Landre podem ser vi-





Yara Landre (no destaque) quer fazer um dossiê sobre a restauração do Pelourinho

“Consórcio empresarial é a saída”

A formação de consórcios empresariais operando através de concessões é a saída para o país que sofre com a restrição da capacidade de investimento do Estado diante do crescimento da demanda de serviço públicos. Essa é a opinião do vice-presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, José Eduardo Nascimento, apresentada aos participantes do I Encontro Ibero-Americano de Engenharia Civil e Construção, no painel “Participação privada no financiamento das infra-estruturas”, ontem pela manhã.

“Precisamos de reformas estruturais que poderiam acontecer com a revisão constitucional que foi enterrada pelo Congresso e tínhamos também de mexer em causas conjunturais no aspecto da legislação, mas faltou vontade política”, explicou o empresário que criticou a morosidade do Legislativo que há quatro anos analisa a Lei de Concessões de Obras e Serviços Públicos, do senador Fernando Henrique Cardoso, sem definir a atuação do setor privado nessa área.

Para José Eduardo Nascimento,

to, o “Estado quebrou” e deve reduzir o seu tamanho concentrando-se em atividades como educação, saúde e segurança que fazem parte de sua competência. Áreas como energia, transporte de cargas e passageiros, telecomunicações, coleta e tratamento de água e esgoto poderiam passar para a iniciativa privada através de concessões. “Acho que a sociedade poderia se o grande avalista do serviço independente de política partidária ou ideológica, caberia a ela aprovar ou não”, avaliou o empresário.

O Brasil está caminhando muito lentamente em direção à transferência de concessões à iniciativa privada, na opinião de José Eduardo. São Paulo tem avançado isoladamente com a elaboração de uma lei estadual de concessões e com a licitação das três maiores rodovias do estado. “Mais 35 trechos de rodovias vão passar pelo mesmo processo, mas são iniciativas pontuais e o Brasil precisa de um programa nacional e existem capitais nacionais e internacionais interessados nesse processo”, justificou o vice-presidente da CBIC.



Nascimento, da Câmara Brasileira da Construção

FLASHES

Antes de iniciar o processo de privatização de várias empresas estatais há 5 anos a Argentina teve de organizar o sistema econômico, alcançar estabilidade política e estabelecer legislação específica para dar segurança aos investidores. O secretário de Obras Públicas e Comunicações do Ministério de Economia e Obras da Argentina, Wilyan Otrera (foto) explicou as condições fundamentais para o êxito das privatizações em seu país durante a palestra sobre “Financiamento das Infra-Estruturas: O Estado e a Iniciativa Privada”, no I Encontro Ibero-Americano de Engenharia Civil e Construção, no Centro de Convenções, ontem pela manhã.

Mas o secretário argentino fez questão de ressaltar que não existe uma receita única para a implantação de um programa de privatização, chamando atenção para o que denominou de “condições gerais” necessárias ao processo. Segundo ele, não só o governo como a própria sociedade argentina estão convencidos de que a privatização levou a elevação da qualidade dos serviços e à redução dos custos. Muito exigente, o consumidor argentino atua como um verdadeiro fiscal das atividades que antes eram exercidas pelo estado como, por exemplo, a recuperação e manutenção de 50% das rodovias.

Depois de enfrentar dois processos hiperinflacionários, guerras internas e externa, com a total instabilidade política e institucional, a Argentina conseguiu através de um Plano Econômico estabilizar os preços e o câmbio, nos últimos três anos. “A estabilidade do preço e do câmbio permitem a planificação, fica mais fácil fazer planos com menos riscos”, explicou Wilyan Otrera.

Com a Lei de Emergência Econômica, os argentinos estabeleceram as regras básicas da privatização com a avaliação permanente de uma comissão do Legislativo.

des de cor-de-rosa muito bonito parecendo que foi feito há dois séculos”, ironizou ressaltando que é também se preocupar com o social e o cultural da sociedade como um todo e em especial daquela que habita o local. Para Yara Landre existe uma dívida social do governo para com essas comunidades que no Brasil vivem sob edificações e espaços que o País todo se preocupa em preservar, porque são elas que arcam com esse custo.

Especialistas que visitaram o

questões como a ética desse tipo de restauração que na opinião de Yara Landre podem ser visualizadas muito bem no Pelourinho. O grupo se reuniu na segunda-feira passada, primeiro dia do Congresso, para discutir a programação dos próximos três anos e analisar o conteúdo das intervenções no patrimônio da arquitetura nas Américas, o que vem acontecendo com constância ultimamente. A próxima reunião está marcada para novembro, em Quito.



Para os consumidores em geral, a Feira de Arquitetura, Rochas Ornamentais, Máquinas e Acessórios que termina amanhã dentro do I Congresso Internacional de Arquitetura, Rochas Ornamentais e Tecnologia, no Centro de Convenções, apresentou uma novidade: placas de mármore moduladas que podem ser lixadas facilmente usando cimento-cola no processo de aplicação. O lançamento é da Cimagan, embora as placas já venham sendo vendidas há cerca de um ano. O produto é fabricado na Bahia e tem processo de qualidade em nível de exportação com um preço médio de US\$ 30 por metro quadrado.

Ontem, o Banco do Brasil anunciou uma linha de crédito especial no valor de US\$ 5 milhões para a realização de negócios de importação e exportação, através da feira de arquitetura, abrindo oportunidade para que os produtores da Bahia assegurem condições de vender seus negócios.

O II Encontro Ibero-americano de Engenharia e Construção Civil-Fiadicc, lançou ontem, durante o encerramento das suas atividades, um documento que intitulou de Carta de Salvador, no documento assumindo o compromisso de promover ações na área da Engenharia Civil e da Construção que respondam efetivamente às necessidades de melhoria da qualidade de vida das populações em especial nas áreas de saneamento, saúde e habitação digna para a população de baixa renda. O Fiadicc propõe ainda uma ação combinada entre Estado e iniciativa privada no sentido de assumir o desafio de produzir nas intervenções e empreendimentos de infra-estrutura, buscando otimizar a aplicação de recursos.

Um outro documento foi também elaborado pela comissão organizadora do evento contendo um resumo das propostas feitas nas diversas áreas como resultado das discussões técnico-políticas. A maioria dessas propostas, entretanto, está voltada para a participação do setor privado nas obras de infra-estrutura, reivindicando maior participação para as empresas do setor.

Na Carta de Salvador, o Fiadicc convida o setor para uma reflexão profunda sobre as responsabilidades que devem ser assumidas pela Engenharia Civil no que se refere ao desenvolvimento do País e particularmente das cidades.